

RODRIGUES, José Carlos

*jornalista.

José Carlos Rodrigues nasceu em Cantagalo, na então província do Rio de Janeiro, no dia 19 de julho de 1844, filho do fazendeiro Carlos José Alves Rodrigues e de Ana de Albuquerque Vidal Alves Rodrigues.

Estudou as primeiras letras em sua cidade natal, onde também nasceria, em 1866, Euclides da Cunha, de quem foi amigo. A vocação para o jornalismo manifestou-se cedo, quando, aluno do Colégio Marinho, criou o jornal estudantil *Seta de Arlequim*, onde publicava com outros colegas, segundo Almeida Nogueira, “quadrinhas sentimentais e prosa cáustica”. No Colégio Imperial Pedro II, no Rio de Janeiro, fundou aos 13 anos de idade outro periódico estudantil, *O Gentio*. O título, explicou mais tarde, devia-se “ao seu inveterado nativismo, à época”.

Em 1860 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi secretário e depois presidente da associação de estudantes Ateneu Paulistano. Em 1862, no terceiro ano do curso, redigiu a *Revista Jurídica*, dirigida por seu colega mais velho José da Silva Costa, que o ajudaria 30 anos mais tarde na aquisição do *Jornal do Comércio*. Tornou-se aluno destacado e, pelo empenho nos estudos jurídicos, admirado pelos colegas, entre os quais Campos Sales e Rangel Pestana, e por professores exigentes, a exemplo do conselheiro João da Silva Carrão, jurisconsulto ilustre, hábil advogado, e um dos chefes do Partido Liberal paulista. Antes de concluir o curso, colaborou com o *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, diário vinculado ao Partido Liberal e dirigido por Francisco Otaviano. Em seguida publicou, pela editora Laemmert, do Rio de Janeiro, um estudo sobre direito público, *Constituição do Império do Brasil*, cujo texto, com anotações, revelou singular amadurecimento e capacidade de análise jurídica embora contasse apenas 19 anos. A *Constituição* teve dez edições até 1889, assim como o seu *Repertório constitucional*, apêndice àquele trabalho.

Bacharel em direito em 1864, mudou-se para o Rio de Janeiro a conselho de Silva Costa,

que já se instalara na Corte e com o qual passou a colaborar em 1866 na *Revista Jurídica*, então editada na capital do Império. Naquele mesmo ano o seu antigo mestre João da Silva Carrão assumiu a pasta da Fazenda, no último gabinete do marquês de Olinda, o “ministério das águas” (1865/1866), e convidou-o para seu oficial de gabinete. Como na época era advogado no escritório do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, a situação configurava irregularidade no serviço público do Império. Quando da queda de Olinda, pela terceira vez Zacarias de Góis voltou à chefia do gabinete de ministros (1866/1868) e, segundo Cláudio Ganns, José Carlos Rodrigues, embora ainda empregado no escritório de Zacarias, convidado por este, continuou na função que exercia no ministério. Permanecia assim a atividade dupla, estabelecendo-se conflito de interesses. Após um “aviso” enviado por adversários políticos de Zacarias ao ministro da Justiça, marquês de Paranaguá, o chefe do gabinete, embora prezasse o seu assessor, viu-se obrigado a demiti-lo. Ainda segundo Ganns, Zacarias de Góis aconselhou o ex-auxiliar a deixar por algum tempo o país e ajudou-o quando resolveu viajar para os Estados Unidos. José Carlos Rodrigues jamais se pronunciou diretamente sobre o episódio, explorado por seus inimigos e adversários durante toda a sua vida. Mas em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em sessão presidida pelo marquês de Paranaguá, que em 1866 o ameaçara de processo administrativo, mas, persuadido de sua inocência, na eleição para o IHGB lhe dera o seu voto, fez questão de afirmar: “O Sr. bem conhece as peripécias da minha vida e sabe realmente todas as circunstâncias que rodearam o meu *crime*”.

Segundo o historiador Luciano Lopes, “ainda pairam dúvidas sobre o motivo que levou José Carlos Rodrigues aos Estados Unidos. O dr. H. C. Tucker, seu amigo íntimo, escreveu que ‘*the unfortunate circumstances attending the failure of a large business firm of Rio de Janeiro, which retained Dr. Rodrigues as lawyer soon after his graduation, gave occasion of his being to New York*’”. Sem referir-se ao caráter de autoexílio da viagem, o jornalista Elmano Cardim, então diretor proprietário do *Jornal do Comércio*, em conferência realizada no dia 5 de setembro de 1944 no IHGB para lembrar o centenário de nascimento de Rodrigues, assim narrou os primeiros dias do jornalista em Nova Iorque: “Ao vagar

pelas ruas à procura de uma oportunidade, em 1867 o jovem José Carlos Rodrigues deparara com a tabuleta da *American Tract- Society*. Na viagem para os EUA, a bordo ele traduzira do inglês para o português uma publicação feita para aquela sociedade, e então procurou o diretor da instituição e dois dias depois o jovem desconhecido foi contratado para o trabalho de tradutor.”

Um pouco mais tarde, o que demonstra que a acusação de que fora vítima não constituía “crime”, Rodrigues foi contratado para a função de correspondente do *Diário Oficial* publicado no Rio de Janeiro, e seus artigos, pela concisão do estilo e as análises da política e da economia americanas, chamaram a atenção de Luís de Castro, então redator chefe do *Jornal do Comércio*. A partir de março de 1869 o jornalista começou a colaborar com o jornal e em seguida assumiu a função de correspondente regular. Ao mesmo tempo prosseguiu nas traduções para editoras e para o escritório de Caleb Cushing, à época *attorney general* do governo americano. Em 24 de outubro de 1870 obteve recursos para lançar, em português, o periódico mensal ilustrado *Novo Mundo*, no qual colaboraram, entre outros nomes de expressão da vida intelectual brasileira, Sousândrade, André Rebouças, Varnhagen e Machado de Assis – que ali publicou a 24 de março de 1873 seu conhecido ensaio “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade”, onde apresentava suas idéias sobre a literatura nacional. O *Novo Mundo* chegou a vender oito mil exemplares, enviados ao Brasil por via marítima. Durante sua permanência nos Estados Unidos José Carlos Rodrigues publicou mais de oito obras, entre as quais *Crestomatia da língua inglesa*, e traduziu para uso do árbitro brasileiro, por encomenda do governo imperial, o extenso memorial *Do governo americano* (com mais de seiscentas páginas) sobre a questão do *Alabama* – disputa de direito internacional entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha provocada pelo navio corsário *Alabama*, armado pelos ingleses, que causou prejuízos aos estados do Norte na Guerra da Secessão. Publicou a *Revista Industrial* (entre 1878/1879) e colaborou com *The Nation* considerado à época um dos melhores semanários dos EUA.

Enviado pelo *New York World* visitou o Panamá e de lá escreveu uma série de longos

artigos que alcançaram repercussão junto à opinião pública e despertaram o interesse dos meios financeiros dos EUA, onde seu nome passou a ser conhecido. Sua análise e crítica aos projetos de Ferdinand Lesseps para construir um canal ligando o Atlântico ao Pacífico demonstraram que a empresa francesa estava falida. Na sua opinião, só o governo americano teria condições de realizar tal obra. Mais tarde o presidente Theodore Roosevelt escreveu-lhe carta destacando a importância dos seus artigos na solução encontrada para a construção do canal. De volta a Nova Iorque nos anos 1880/1881 continuou a colaborar com o *World*, onde escreveu desde artigos de fundo até a crítica musical.

Em 1882 viajou para Londres na condição de consultor de companhias anglo-brasileiras de viação férrea, engenhos e bancos. Ao mesmo tempo, colaborou com os jornais ingleses *Times* e *Financial News*, para os quais escrevia sobre o Brasil e os Estados Unidos, e prosseguiu no seu trabalho de correspondente do *Jornal do Comércio*. Em 1885 negociou empréstimos na Holanda para engenhos centrais no Norte do Brasil, e em 1887 foi encarregado da liquidação do acervo da mais antiga casa inglesa no Brasil, de A. Finnie. Quando passou uma temporada no Rio de Janeiro, nos anos 1887 e 1888, tomou parte ativa nas discussões sobre a abolição da escravidão e ajudou o movimento paulista empreendido pelo conselheiro Antônio Prado para acabar com o regime escravocrata.

Em 1888 intermediou o primeiro empréstimo provincial externo no Brasil, o do hoje estado de São Paulo, da importância de 800 mil libras, emitido pela casa Cohen de Londres. Também escreveu novos artigos sobre o canal do Panamá que foram reproduzidos em livro publicado em Londres sob o título *The Panama Canal*, no qual lembrou o acerto de suas previsões em 1880, quando demonstrou que o projeto de Lesseps seria o maior desastre econômico e financeiro do século. No dia 15 de novembro de 1889 encontrava-se no Rio de Janeiro em visita aos parentes e alegrou-se com o advento da República, tema de artigos que escrevera dos Estados Unidos para o *Jornal do Comércio* com elogios ao regime republicano. No dia 16 enviou para o *Times* longo artigo sobre a situação brasileira e o jornal convidou-o a tornar-se correspondente no Brasil, convite não aceito por ter que regressar a Londres em fins de fevereiro de 1890. Rui Barbosa, ministro da Fazenda do

governo provisório presidido pelo marechal Deodoro, conhecedor das suas boas relações nos meios da *City* londrina, convidou-o para o cargo de delegado do Tesouro em Londres. Não aceitou o convite, mas foi nomeado para a comissão relativa à encampação das ferrovias garantidas e para a função de agente especial do Tesouro brasileiro. Ao mesmo tempo, prosseguiu no seu trabalho de correspondente do *Jornal do Comércio*.

Na volta a Londres encontrou-se com seu amigo Eduardo Prado, monarquista que se autoexilara na capital inglesa, e dele ouviu a informação de que o conde Júlio Villeneuve, proprietário do *Jornal do Comércio*, desgostoso com o regime republicano instalado no Brasil, pretendia vendê-lo. Interessado no negócio, organizou uma sociedade por quotas, logo subscritas por seus amigos brasileiros, e adquiriu o controle da empresa editora do diário. Sob a orientação de José Carlos Rodrigues o *Jornal do Comércio* abriu mais espaço para os temas econômicos: apoiou e incentivou a livre empresa e o desenvolvimento industrial, muitas vezes dificultado por regulamentos municipais criticados pelo jornal, restritivos à criação de novas fábricas. O editorial da edição de 13 de novembro de 1890 mostrou a necessidade da ampliação do parque industrial, mas se declarou **contrário** a todas as formas de especulação que “podem desequilibrar o funcionamento do mercado e da economia”. Salientou que o Encilhamento dera força à indústria nacional, especialmente à têxtil, e mais tarde, em janeiro de 1891, quando Rui Barbosa deixou o cargo de ministro da Fazenda, o jornal considerou sua queda uma vitória dos grupos anti-industrialização.

Até então um dos baluartes do Império, o *Jornal do Comércio* aderiu à República, mas criticou duramente os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. No período da Revolta da Armada, quando Floriano decretou estado de sítio e estabeleceu a censura à imprensa, José Carlos Rodrigues foi obrigado a permanecer oculto na casa de seu amigo, o construtor Antônio Januzzi, que mais tarde ergueu o moderno edifício sede do jornal que Rodrigues construiu na avenida Central, na esquina com a rua do Ouvidor. Mas apesar da pressão do governo, convidou Rui Barbosa para correspondente do jornal em Londres, de onde Rui escreveu as *Cartas de Inglaterra*, quando defendeu o capitão Alfred Dreyfuss, pela primeira vez na imprensa mundial, no processo movido contra ele pela

justiça militar francesa sob a acusação de trair a pátria. Ao fim do governo Floriano, depois da eleição mas antes da posse de Prudente de Moraes, José Carlos Rodrigues convidou Rodrigues Alves para o cargo de diretor do *Jornal do Comércio*, mas, voltado para a política em seu estado, o futuro presidente não aceitou.

Com o advento das presidências de Prudente de Moraes, de Campos Sales e de Rodrigues Alves, o *Jornal do Comércio*, apoiou as políticas governamentais. A correspondência mantida pelo jornalista com os três políticos paulistas presidentes da República demonstra que em muitos casos seu conselho e o apoio do jornal foram solicitados para a solução de problemas da economia do país. Também correspondeu-se com Joaquim Nabuco e com o barão do Rio Branco, seu amigo de juventude, que chegou a consultá-lo, por carta enviada de Berlim, se deveria aceitar ou não a pasta das Relações Exteriores, para a qual fora convidado por Rodrigues Alves. Durante muitos anos, ao terminar sua atividade diária no ministério, Rio Branco dirigia-se para a redação do *Jornal do Comércio*, onde escrevia sobre temas internacionais, ao lado dos outros redatores.

Enquanto proprietário do *Jornal do Comércio*, José Carlos Rodrigues procurou manter o prestígio que o diário obtivera no Segundo Império, mas de forma independente e liberal, inspirado no modelo republicano e federalista da melhor imprensa dos Estados Unidos. Contra os republicanos radicais, jacobinos e positivistas, permaneceu ao lado dos legalistas e constitucionalistas. Nas reportagens procurou manter-se imparcial e descritivo mesmo nos momentos de tensão, como na Revolta da Vacina, e exigia dos seus subordinados relatos precisos sobre os fatos. Nos editoriais, notadamente nas “Várias”, título pelo qual ficou conhecido o setor de opinião do jornal, com o seu estilo didático, mostrava-se às vezes moralista em relação aos hábitos e costumes da época. A tônica dos artigos de fundo consistia em transmitir aos leitores a idéia da importância da formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

No dia 5 de maio de 1915 José Carlos Rodrigues reuniu seus empregados e anunciou que vendera o controle do *Jornal do Comércio* para o diretor financeiro da empresa, comendador Antônio Botelho. Oito anos depois, em 1923, Botelho aceitou a proposta de

compra do então redator-chefe, Félix Pacheco, e retirou-se da empresa. No anúncio de sua despedida, Rodrigues afirmou: “Desafio que provem que qualquer interesse subalterno jamais assentou nesta redação ou direção do *Jornal*, ou que por qualquer motivo a mais perfeita independência da folha foi peada em qualquer circunstância”. Segundo Elmano Cardim, nessa ocasião *O Tempo*, de Recife, depois de noticiar a estranha resolução de José Carlos Rodrigues, fez sobre ele o seguinte comentário: “a sua obra caracteriza-se por uma exuberante e tumultuosa sinceridade com que soube, profligando os erros e abusos sociais e políticos, colocar-se ao lado das grandes causas da República”. Assis Chateaubriand, que o admirava, deixou sobre ele um depoimento no qual destaca: “O senhor José Carlos Rodrigues introduziu enormes modificações no *Jornal do Comércio*, e possui a volúpia da informação. Certa vez contou-me os furos mais sensacionais da sua carreira. Era preciso ouvir a volúpia que punha na narrativa de suas façanhas para ver como, passados 15, 20, 25 anos delas, ele as degustava como um perfeito virtuoso das notícias”.

Permanecem obscuros os motivos pelos quais um jornalista com o talento e a capacidade empresarial de José Carlos Rodrigues vendeu o *Jornal do Comércio*, o mais importante diário brasileiro da época. Segundo interpretação de Elmano Cardim, com o início da guerra de 1914, para ele uma carnificina sem paralelo na história universal, Rodrigues abandonou o jornalismo para concentrar-se no trabalho de difusão da sua interpretação da Bíblia, cujo conhecimento por todos considerava indispensável para a construção da paz. Ao mesmo tempo dedicava-se à atividade de bibliófilo para acumular livros raros encontrados em livrarias de Londres, Paris e Nova Iorque, não só sobre religião, mas também sobre o Brasil, assim aumentando sua já enorme biblioteca, considerada uma das maiores da sua época, descrita parcialmente no catálogo *Biblioteca brasiliense* (1907), hoje sob a guarda da Biblioteca Nacional.

Em 1918 traduziu e publicou *Mensagens, discursos e alocuções*, de Woodrow Wilson, então presidente dos EUA, que admirava e considerava o único líder mundial capaz de conseguir uma paz duradoura. Enquanto prosseguia nos estudos bíblicos iniciados na juventude que o levaram à Igreja Anabatista, realizou frequentes viagens à Inglaterra e aos

Estados Unidos, onde aprofundou os estudos do Antigo e do Novo Testamento. Mais tarde, passou a residir em Londres com a família, embora até o fim de sua vida fizesse viagens regulares ao Brasil.

Quando soube do seu falecimento, o *Jornal do Comércio* publicou uma síntese de sua biografia, na qual afirmava: “Quando, em 1915, se retirou dessa folha, não o fez só para descansar, para ter uma vida mais apropriada à sua idade, já então avançada, mas principalmente para dedicar toda sua atividade à conclusão de uma obra monumental de apologética e de exegese. *O Estudo sobre o Velho Testamento*, que imprimiu em Edimburgo em dois volumes, e foi publicado em 1921, o inclui entre os mais eminentes conhecedores de assuntos bíblicos do mundo inteiro. A crítica dos jornais especialistas da Europa e dos Estados Unidos consagrou o valor extraordinário desses dois suculentos volumes de comentários eruditos e exaustivos”.

Faleceu em Paris em 28 de junho de 1923, mas seu corpo foi trasladado para Londres, onde vivia sua família, e enterrado no Highgate Cemetery, em um local perto do túmulo de Karl Marx.

Cícero Sandroni

FONTES: ARANHA, G. *Machado; Despedidas*; NOGUEIRA, A. *Academia*; RODRIGUES, J. *Notas*; RODRIGUES, J. *Considerações*; SANDRONI, C. *180 anos*; SANDRONI, C.; SANDRONI, L. *Austregésilo*.